

## Diretrizes para o Uso da Inteligência Artificial nos Órgãos Judiciários Brasileiros Segundo a Resolução nº 332/2020 do CNJ

### Autor(res)

Hugo Malone Xavier Couto E Passos

Felipe De Souza Abreu

Kethlen Karen Araújo Pinheiro

Adriana Dos Santos

### Categoria do Trabalho

1

### Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

### Introdução

Na sociedade moderna, surge uma nova ferramenta capaz de auxiliar e contribuir para a celeridade e coerência dos trabalhos nos órgãos judiciais brasileiros. Essa inovação tecnológica, ao ser analisada sob as diretrizes estabelecidas pela Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 332/2020, levanta questões sobre a ética e a transparência adotadas nas tomadas de decisões judiciais. E, na maioria dos casos, tratando-se de conflitos humanos, até que ponto as diretrizes asseguram a confiança no uso da IA na resolução de conflitos? Embora a IA ofereça vantagens significativas em termos de eficiência e precisão, é fundamental avaliar sua conduta, especialmente em relação à manutenção da imparcialidade, à garantia dos direitos fundamentais e à preservação da justiça.

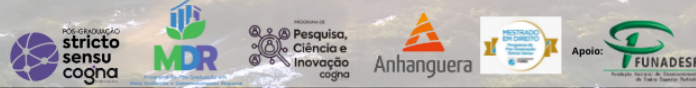
### Objetivo

Essa pesquisa tem o objetivo de analisar o quanto a inteligência artificial nos órgãos judiciários pode ou não ser benéfica, mostrando sua capacidade de auxiliar e contribuir com igualdade, agilidade e coerência. Além disso, busca evidenciar quais são as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça para utilização destas tecnologias.

### Material e Métodos

A metodologia deste resumo baseou-se em uma revisão de documentos e literaturas realizada na Biblioteca Virtual Anhanguera e no Google Acadêmico, com o objetivo de identificar o embasamento teórico relevante para o tema abordado. Foram designadas obras de autores que tratam a temática de forma abrangente, permitindo uma base teórica consistente. Os argumentos utilizados no desenvolvimento do resumo foram baseados na formulação de hipóteses a partir das leituras realizadas, seguidos da verificação dessas hipóteses por meio da análise crítica das fontes consultadas. A abordagem crítica permitiu o confronto de diferentes perspectivas, contribuindo para uma reflexão aprofundada sobre o tema.

### Resultados e Discussão



A Resolução 332/2020 do CNJ representa um avanço significativo no uso de tecnologia no Judiciário brasileiro. Um dos pontos centrais dessa norma é a necessidade de equilibrar inovação e responsabilidade. Por um lado, a IA promete agilizar processos, reduzir custos e mitigar desigualdades regionais, tornando o acesso à justiça mais eficiente e inclusivo. No entanto, a resolução destaca a importância de transparência, ética e não discriminação no uso dessas ferramentas, reconhecendo o risco de que algoritmos, se mal aplicados, possam reproduzir preconceitos e falhas humanas. Outro ponto relevante é a diretriz que reforça a responsabilidade final dos operadores humanos. Isso é essencial para garantir que a IA seja usada como um instrumento de apoio e não como substituta da discricionariedade e experiência dos magistrados.

## Conclusão

Conclui-se que este estudo revela tanto os desafios quanto às vantagens da integração da inteligência artificial no sistema jurídico. É necessária uma análise ampla por parte das autoridades competentes para garantir que os processos de tomada de decisão nos órgãos judiciais sejam conduzidos com ética, transparência, agilidade e coerência.

## Referências

- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução 332/2020. Disponível em: <[https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao\\_332\\_291220.pdf](https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_332_291220.pdf)>. Acesso em: 28 set. 2024.
- BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 14 ago. 2018.
- GUERRA, João Thiago França. Inteligência Artificial na Justiça. Entrevista concedida ao CNJ. 2021.
- VINHAL, Adwardys de Barros. Pauta no Poder. Comissão Especial de Inteligência Artificial do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB). 2021.
- MENDES, Alúcio Gonçalves de Castro. Inovações tecnológicas, acesso à justiça, Poder Judiciário, advocacia e direito. São Paulo: Editora Forense, 2020.